

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 159/2023

AUTOR: Deputado **PROFESSOR JÚNIOR GEO**

ASSUNTO: Institui o Programa Estadual de Bioinsumos no Tocantins.

RELATOR: Deputado **MOISEMAR MARINHO**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para exame e parecer o Projeto de Lei nº 159/2023, de autoria do Deputado Professor Júnior Geo, que “Institui o Programa Estadual de Bioinsumos no Tocantins”.

Aduz o Autor que a matéria tem o intuito de criar o Programa Estadual de Bioinsumos para estabelecer políticas públicas eficientes para ampliar e fortalecer a adoção de práticas para evolução do setor agropecuário, com expansão da produção, desenvolvimento e utilização de bioinsumos e sistemas de cultivos sustentáveis.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

É o relatório.

II – VOTO

Embora seja uma matéria de extrema importância, no momento em que dispõe sobre o Programa Estadual de Bioinsumos no Tocantins, matéria reservada exclusivamente para o Governador do Estado, nos termos das alíneas “b” e “f”, II, § 1º artigo 27, da Constituição Estadual.



No âmbito estadual, cabe exclusivamente ao Poder Executivo a criação de programas em benefício da população e serviços nas diversas áreas de gestão, envolvendo os órgãos da Administração Pública, violando o princípio da separação de poderes.

A criação de programas com previsão de novas obrigações aos órgãos estaduais é atividade nitidamente administrativa, representativa de atos de gestão, de escolha política para a satisfação das necessidades essenciais coletivas, vinculadas aos Direitos Fundamentais. Assim, privativa do Poder Executivo. Trata-se de atuação administrativa que decorre de escolha política de gestão, na qual é vedada intromissão de qualquer outro Poder.

Portanto, reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade da matéria que cria programa, por vício de natureza formal, impedindo sua regular tramitação.

Ante o exposto, e por apresentar vício insanável de iniciativa, **VOTO** pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº **159/2023**, por manifesta inconstitucionalidade.

É o Parecer.

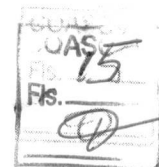
Sala das Comissões, 02 de maio de 2023.

Deputado **MOISEMAR MARINHO**

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação rejeitou, o Parecer do(a) Relator(a) Deputado(a) **Moisemar Marinho**, referente ao(a) **PL. nº 159/2023**.

OBS:.....
.....

Encaminhe-se(a) (ao) **Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle**.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2023

NILTON BANDEIRA Assinado de forma digital por
NILTON BANDEIRA
FRANCO:41614283 FRANCO:41614283168
168 Dados: 2023.08.23 11:10:46
-03'00'

Deputado **NILTON FRANCO**

Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação

MEMBROS EFETIVOS

MEMBROS SUPLENTE

Dep. ALDAIR COSTA GIPÃO (X)	Dep. MOISEMAR MARINHO ()
Dep. CLAUDIA LELIS ()	Dep. VANDA MONTEIRO (X)
Dep. JORGE FREDERICO (X)	Dep. VALDEMAR JÚNIOR ()
Dep. NILTON FRANCO (X)	Dep. CLEITON CARDOSO ()
Dep. PROF. JÚNIOR GEO (X)	Dep. GUTIERRES TORQUATO ()